

Interseccionalidade como categoria de análise na Revista Estudos Feministas (1992-2019)

Intersectionality as analyze category in Revista Estudos Feministas (1992-2019)

LOPES, Janai Harin *

<https://orcid.org/0000-0002-4217-4389> 

RESUMO: Este artigo tem por objetivo sistematizar a aplicação da interseccionalidade como categoria de análise nos trabalhos publicados na Revista Estudos Feministas (UFSC) no propósito de compreender a historicidade do termo, tal qual a trajetória dessas reflexões e o modo como elas foram sendo feitas no cenário brasileiro, a partir de uma revista explicitamente engajada com os estudos de gênero e com a teoria feminista. Como metodologia, se utilizou a ferramenta de busca da REF, que possui todo o seu acervo online, para que fossem selecionados os termos específicos focalizados nessa pesquisa, sendo eles interseccionalidade, interseccional, intersecção e intersecções.

Palavras-chave: Gênero; Interseccionalidade; Interseccional; Historiografia.

ABSTRACT: This article has a purpose order an intersectionality application as analyze the category of published research in Revista Estudos Feministas (UFSC), with finality to understanding the historiography about this term, such as his trajectory about these ideas and how is used in Brazilian scenario, from a magazine engaged explicitly as gender studies and feminist theory. As a methodology, the REF search toll was utilized, where all achieve collection can be founded online, to select the focused-terms in this research, being themselves, intersectional, intersection, and intersections.

Keywords: Gender; Intersectionality; Intersectional; Historiography.

* Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES. E-mail: janaih.historia@gmail.com

INTRODUÇÃO

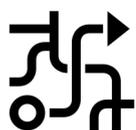
Passados 28 anos desde o lançamento de seu primeiro número publicado, destes, 21 anos publicados pela UFSC, esta pesquisa parte da Revista Estudos Feministas (UFSC) para refletir a recepção acadêmica brasileira da discussão sobre interseccionalidade nos artigos publicados na revista. A fim de empreender tal análise, propôs-se fazer um levantamento das publicações da REF a fim de identificar a trajetória e difusão dos conceitos interseccionalidade/interseccional.

A metodologia consistiu não somente no acesso ao acervo da revista disponibilizado online¹, como também se utilizou da caixa de busca como ferramenta para encontrar o conteúdo específico na revista. Foram sistematizados e analisados todos os artigos publicados na REF que destacaram em seus títulos e/ou palavras-chave os conceitos de interseccionalidade, interseccional, intersecção ou intersecções, o que totalizou a análise de 17 artigos, publicados em 18 volumes, da edição 2002 à última edição de 2019.

A necessidade de identificar como e quando o campo dos estudos de gênero no Brasil foi atentado ao debate da sobreposição de opressões em um mesmo indivíduo, engendram as principais perguntas que nortearam esta pesquisa, tais como: o que é interseccionalidade? Quem a propôs? Em qual contexto esse conceito surgiu na revista? Houve a concentração de publicações em determinada época ou área? Com o passar dos anos o debate foi se diluindo? A REF configura recurso para realizar tais análises e muitas outras.

A fim de responde-las, o artigo está dividido em duas partes: a primeira, formada por uma discussão teórica em torno das discussões sobre sexismo e racismo, e o surgimento do conceito de interseccionalidade na historiografia, e a segunda, sobre a consolidação da REF e trajetória da interseccionalidade enquanto proposta teórico-metodológica a partir de um levantamento de dados e análise propriamente das publicações da revista que utilizaram o termo interseccionalidade, interseccional, intersecção, intersecções em seus títulos e/ou palavras-chave.

¹ Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>. Acesso em 20 de abril de 2020.



INTERSECCIONALIDADE: O DIÁLOGO ENTRE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NO BRASIL

Este tópico será dedicado a justificar que a proposta da interseccionalidade surgiu porque a discriminação de gênero e a discriminação racial são semelhantes no que diz respeito aos aspectos centrais de seus mecanismos de funcionamento, tal qual nos afirmou Ina Kerner, explicando a relação entre racismo e sexismo (KERNER, 2012, p.49).

Antes de mais nada é preciso entender que a criação de conceitos, como gênero e interseccionalidade, sucedem acontecimentos importantes. A historiadora Françoise Thébaud afirmou que na historiografia, há muito outras categorias já apontavam a contradição no discurso da história-ciência “universal” e do sujeito que supostamente era suficiente para representar o todo, criticando a narrativa que valorizava arbitrariamente espaços marcados pela exclusão de minorias sociais, com o exemplo do campo político e econômico (THÉBAUD, 2009, p.34). E embora estivesse se tratando do caso das mulheres, o exemplo da historiadora cabe também ao caso da exclusão do debate racial pois o resultado dessa história universal foi a humanização enquanto sujeito somente do homem, branco, cisgênero, heterossexual, portanto, a desumanização de todas e todos que fugiam a isso (negras/os, indígenas, homossexuais, pessoas transgênero, pessoas com deficiência, etc.).

No Brasil, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas primeiro pelo enfrentamento do Movimento Feminista e do Movimento Negro à ditadura militar, e pela ascensão das categorias “mulher” e “mulheres” nas pesquisas. Ambos movimentos estavam na frente da luta pela redemocratização do país. Em 1978 na cidade de São Paulo, foi criado o Movimento Negro Unificado (MNU), após a discriminação e violência sofridas por quatro atletas negros no Clube Tietê e à morte de um operário negro, Robson Silveira da Luz, devido a torturas policiais (RODRIGUES, 2013, p.1). Entretanto, autoras como Luiza Bairros (1991), Matilde Ribeiro (1995), e Sueli Carneiro (2003) nos explicam que em ambos os movimentos, a ideia de igualdade começou a ser questionada pelas militantes negras: entre as mulheres, a questão racial não era tida como fundamental, e entre os negros, o sexismo era desconsiderado.

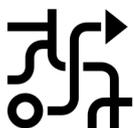
Com relação ao cenário nas pesquisas, a historiadora Joana Maria Pedro indicou que até o fim dos anos 80, no Brasil e em outros países do Cone Sul, as categorias “mulher”, “mulheres” e “condição feminina” estavam simultaneamente presentes nos títulos



historiográficos, utilizadas como forma de reparar a exclusão das mulheres na história (PEDRO, 2005, p.271). A antropóloga e professora Lélia Gonzalez é apontada como uma das principais autoras no Brasil que visava tratar das especificidades das mulheres negras, e suas duas obras fundamentais desse contexto são: seu artigo no livro *O lugar de negro* (1982) em que a autora apontou a cumplicidade das mulheres brancas para com a subordinação das mulheres negras ao ignorar a questão racial nas discussões, e *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1983), publicado na coletânea *Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos*, em que Gonzalez nos propõe refletir de que forma racismo e sexismo recaem sobre as mulheres negras, mesmo as de classe média. Dessa forma, até então, havia a compreensão das diferentes experiências e opressões sofridas entre mulheres negras tanto no Movimento Feminista, quanto no Movimento Negro, porém ainda não havia uma categoria que analisasse especificamente esse lugar divergente.

O registro que temos é de que o conceito interseccionalidade foi pela primeira vez utilizado pela jurista norte-americana Kimberlé Williams Crenshaw (1989), a fim de apontar a interdependência das relações de raça, sexo e classe e dar significado à especificidade da luta das mulheres negras seja no debate feminista, seja no antirracista. No caso específico, tratava-se da autora apontando, diante da justiça, para o fato de que elas (mulheres negras) não poderiam ser tratadas da forma como se tratam brancos e brancas, ou mesmo os homens negros, por causa do cruzamento de suas opressões. Helena Hirata (2014) afirma que a partir da herança do chamado *Black Feminism* dos anos 1970 nos Estados Unidos, Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras desenvolveram um quadro interdisciplinar para tratar da interseccionalidade e levar em conta as múltiplas fontes de identidade (CRENSHAW, 1994, p.54). Exemplos de trabalhos tidos como clássicos deste momento são: *Ain't I a Woman: Black Woman and Feminism*, de Bell Hooks (1981); *Women, Race and Class* de Angela Davis (1981); *This Bridge Called my Back: Writings by Radical Women of Color*, de Cherrié Moraga e Gloria Anzaldúa (1981).

Sandra Azerêdo (1994), comparando as teorias feministas sobre gênero e raça no Brasil e nos Estados Unidos, afirma que houve descompasso da discussão entre esses dois cenários, porque no Brasil, ao contrário das feministas brancas norte-americanas, que parecem gradativamente ter incorporado a discussão racial em seus estudos, as feministas (brancas) brasileiras entenderam que somente às mulheres negras recaía o papel de articular racismo e sexismo. Outro fator apontado por Azerêdo como determinante para o atraso do debate interseccional no Brasil está relacionado a quem, ou melhor, de que cor eram as pessoas consideradas intelectuais destas áreas na academia brasileira, já que o



caráter excludente do Ensino Superior no Brasil barrava a entrada de vozes dissonantes (AZERÊDO, 1994, p.214-2015).

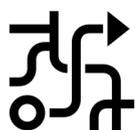
Transformada tanto em conceito, como categoria de análise, no próximo tópico será analisada a forma na qual interseccionalidade foi incorporada nas publicações e como ela vem sendo abordada na REF com o passar dos anos.

A INTERSECCIONALIDADE NAS PÁGINAS DA REF

Em novembro de 1990, na cidade de São Roque/SP, aconteceu o seminário “Estudos sobre a Mulher no Brasil: avaliação e perspectivas”. Promovido pela Fundação Carlos Chagas em vista da fertilidade da temática de estudos sobre/feito por mulheres, evidenciou a inexistência de qualquer centro-referência para estes debates no Brasil. Diante desse contexto a Revista Estudos Feministas foi pensada (COSTA, 2004, p.205). Como publicação itinerante em seu início em 1992 no Rio de Janeiro, passou pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e, posteriormente, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Se estabilizou quando relocada para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1999, sediada na UFSC/CFH/CCE (Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Centro de Comunicação e Expressão). A partir de 2002 a revista ampliou suas responsabilidades, ampliou e coletivizou sua equipe editorial e, em 2005, passou a publicar três edições por ano (SCAVONE, 2013, p.588). Atualmente a revista está indexada em oito bases, como Scientific Electronic Library On Line (SciELO), Hispanic American Periodicals Index (HAPI), e International Political Science Abstracts (IPSA).

A Revista Estudos Feministas é o periódico acadêmico-científico mais antigo do campo dos estudos de gênero no Brasil, inserida no mais alto patamar de êxito exigido das publicações científicas nacionais. Possui sua Qualis pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em nível A1² para todas as suas áreas, e sua projeção é nacional e internacional, o que coloca a revista como elementar para investigar

² O Qualis da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) é um sistema que classifica a produção científica dos programas de pós-graduação brasileiros em artigos submetidos à diversos periódicos, revistas, anais e livros científicos, englobando todas as áreas do conhecimento. A categorização e pontuação desses periódicos vai de A1 – mais elevado – e passa por A2, A3, B1, B2, B3, B4, B5, até C que são os periódicos considerados de baixa relevância. Neste caso, a Revista Estudos Feministas obtém classificação A1 em todas as suas áreas de avaliação, indicada como um periódico de excelência nacional e internacional. Esta qualificação e as demais podem ser consultadas no site da Plataforma Sucupira, disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeraIPeriodicos.jsf>. Acesso em 20 de abril de 2020.



qual o nível em que as discussões sobre interseccionalidade se encontram e dialogam academicamente com os estudos de gênero no Brasil.

Partindo da metodologia apresentada na introdução deste artigo, abaixo seguem esquematizadas em um quadro todas as publicações sobre interseccionalidade feitas na REF. É necessário dizer que foi escolhido apenas mencionar os trabalhos com a temática explícita em seus títulos e/ou palavras-chave justamente porque a historicidade do conceito aponta para o seu uso político, evocado em para indicar um momento de ruptura com um pensamento conciliador.

Edição	Título	Autoras/es	Palavras-chave
2002, v.10, n.1	Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero	Kimberlé Crenshaw	Gênero; raça; discriminação; interseccionalidade
2002, v.10, n.1	Interseccionalidade em uma era de globalização: as implicações da conferência mundial contra o racismo para práticas feministas transnacionais	Maylei Blackwell, Nadine Naber	Interseccionalidade; gênero; racismo; sexualidade; globalização; feminismo transnacional
2005, v.13, n.3	Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”	Claudia de Lima Costa, Eliana de Souza Ávila	Interseccionalidade; hibridez; teoria queer; política identitária; política de alianças
2013, v.21, n.3	Círculos viciosos: intersecções de gênero e espécie em A Fonte da Vida, de Darren Aronofsky	Rodolfo Piskorski	Teoria Interseccional; Animalidade; Pós-humanismo; Cinema
2015, v.23, n.3	Interseccionalidades y migraciones: potencialidades y desafíos	María José Magliano	Interseccionalidad; Migración Internacional; Clasificaciones Sociales; Estudios de Género; Trabajo Doméstico Remunerado
2017, v.25, n.1	Redefinindo as fronteiras do pós-colonial. O feminismo cigano do século XXI	Caterina Alessandra Rea	Feminismo <i>Romani</i> ; Gênero; Interseccionalidade; Raça; Pós-colonial
2017, v.25, n.3	Medicina e feminização em universidades brasileiras: o gênero nas interseções	Luzinete Simões Minella	Gênero; Interseções; Feminização; Medicina
2018, v.26, n.1	Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física Escolar	Daniela Auad, Luciano Nascimento Corsino	Interseccionalidade; Consubstancialidade; Alquimia das Categorias Sociais; Feminismos; Educação Física Escolas
2018, v.3, n.3	Justiça de gênero na análise feminista de políticas públicas em Argentina, Brasil e Chile	Patrícia Duarte Rangel, Patricia Muñoz-Cabrera	Políticas Públicas Sensíveis a Gênero; Interseccionalidade; América do Sul; Presidentas; Justiça de Gênero



2018, v.3, n.3	Descolonização, feminismos e condição <i>queer</i> em contextos africanos	Caterina Alessandra Rea	Africa; Descolonização; Dissidência Sexual; Interseccionalidade; Queer of Colour
2019, v.27, n.1	Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência	Ruthie Bonan Gomes, Paula Helena Lopes, Marivete Gesser, Maria Juracy Filgueiras Toneli	Feminist disability studies; Gênero; Deficiência; Interseccionalidade
2019, v.27, n.2	Diálogos entre Colonialidade e Gênero	Jéssica Antunes Ferrara	Frantz Fanon; Colonialismo; Feminismo; Interseccionalidade
2019, v.27, n.2	Quem está no comando? Mulher de bandido e os paradoxos da submissão	Sabrina Daiana Cúnico, Marlene Neves Strey, Angelo Brandelli Costa	Família; Mulher; Prisão; Biopoder; Interseccionalidade
2019, v.27, n.2	Estereótipos de gênero: Perspectivas em profissões de artesanato em Portugal	Fanny Monserrate Tubay	Artesãos; Estereótipos de Gênero; Interseccionalidade; Mulheres; Homens
2019, v.27, n.2	Trajetórias e experiências: o sujeito político feminista sob a perspectiva interseccional	Daniela Dalbosco Dell'Aglio, Paula Sandrine Machado	Feminismos; Marcadores Sociais da Diferença; Trajetórias; Experiência; Interseccionalidades
2019, v.27, n.3	Tornar-se mulher negra: escrita de si em um espaço interseccional	Viviane Inês Weschenfelder, Elí Terezinha Henn Fabris	Mulheres negras; Escritas de si; Processos de subjetivação identitário; Negritude; Feminismo negro
2019, v.27, n.3	Rumo a uma reconceituação do assédio nas ruas	Fernanda Maria Chacon Onetto	Assédio na rua; Interseção; "Fazendo a diferença"; Gênero; Crime de ódio

Logo de início observa-se que o primeiro texto publicado na revista que fala explicitamente da interseccionalidade, foi justamente da jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw, citada anteriormente como marco da discussão nos Estados Unidos no fim da década de 80, ainda que seu primeiro texto na REF tenha sido publicado somente em 2002. Além disso, outro aspecto rapidamente perceptível é o fato de que, em 28 anos de revista, apenas 17 artigos levaram em seus títulos e/ou palavras-chave as palavras buscadas na ferramenta de pesquisa. Pode-se afirmar, de antemão, que, no mínimo, essa discussão no Brasil aconteceu por outros termos. A seguir, será feita a síntese de cada artigo presente no quadro, que abrange publicações de 2002 até 2019, atentando para o destaque dado à interseccionalidade nas discussões propostas, e também qual a área de quem se propôs discutir.

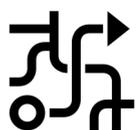
Organizado por Luiza Bairros, os artigos do dossiê de 2002 da revista despontam na utilização da categoria, assim como registram e analisam a participação das mulheres afro-



brasileiras, afro-latino-americanas e indígenas na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias correlatas, realizada em Durban, África do Sul, entre 31 de agosto e 7 de setembro de 2001 (evento marco na luta global contra a discriminação racial e de gênero). À luz da ampla e variada gama de entrecruzamentos das discriminações raciais e de gênero, visibilizados pela Conferência, os textos de Kimberlé Crenshaw, e de Maylei Blackwell com Nadine Naber foram originalmente apresentados nessa conferência. Crenshaw (2002), jurista norte-americana, apontou as possibilidades de pensar os aspectos raciais da discriminação de gênero, e também os aspectos de gênero da discriminação racial, propondo uma metodologia de análise da subordinação interseccional como meio de eliminar as brechas desses discursos, através das quais tendem a desaparecer os direitos das mulheres que sofrem múltiplas opressões (a autora chama isso em seu texto de subinclusão). Já a historiadora Maylei Blackwell junto com a antropóloga Nadine Naber (2002), descrevem e analisam o cenário de emergência destes debates e do próprio evento sem deixar de apontar as contradições decorrentes das desiguais relações de poder entre as pautas. A partir do tema da interseccionalidade, evidenciaram a complexa luta em diferentes lugares e para diferentes povos, contra a opressão, fazendo uma crítica às intolerâncias correlatas, parte que, segundo elas, quase foi esquecida do título da Conferência, e que seria justamente o ponto de entrada para a ampliação da discussão sobre a multiplicidade de opressões relativas às experiências.

Após as duas primeiras publicações, há um salto de 3 anos, para o próximo texto, localizado na Seção Debates do volume 13, número 13 de 2005. Instituída há pouco, essa seção visou retomar importantes textos fundantes de questões e temáticas feministas, trazendo-os para o debate acadêmico (PEDRO; FUNCK, 2005, p.481). No texto, Claudia de Lima Costa e Eliana Ávila, ambas brasileiras formadas em Letras, se propõe a pensar a especificidade da epistemologia e das contribuições de Gloria Anzaldúa na perspectiva da interseccionalidade e para a criação do que a autora chama de “consciência mestiça”.

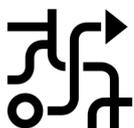
Com uma pausa de 8 anos, o conceito é retomado no volume 21 em 2013, com o artigo *Círculos viciosos: intersecções de gênero e espécie em ‘A fonte da vida’, de Darren Aronofsky* de Rodolfo Piskorski, linguista brasileiro. Nele, o autor analisa as diferentes formas pelas quais as opressões são interseccionadas no filme estadunidense de 2006, partindo da compreensão do papel da hierarquia do status de humano enquanto espécie, e seu entrelaçamento com outros vetores de diferença, como gênero, raça, etnia, etc. Já em 2015, o artigo da historiadora Argentina María José Magliano, intitulado *Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos*, ressalta a importância dos debates sobre



interseccionalidade para os estudos de gênero e, especialmente, sobre migrações internacionais. Relacionando esta perspectiva teórica à questão do trabalho, a autora aciona o caráter da interseccionalidade para analisar as trajetórias de mulheres peruanas migrantes, dedicadas ao trabalho doméstico na Argentina.

Dois anos depois, em 2017, são publicados dois artigos no volume 25 que evocam a interseccionalidade: no primeiro, a filósofa italiana residente no Brasil, Caterina Alessandra Rea, em *Redefinindo fronteiras do pós-colonial. O feminismo cigano no século XXI*, apresenta o feminismo *romani* (cigano) identificado em ascensão pela autora em muitos países na Europa e na América, dentro e fora da academia, em que se propõe um diálogo da interseccionalidade com as correntes feministas pós-coloniais; no terceiro número de 2017, a participação das mulheres na ciência foi tema do artigo da socióloga brasileira Luzinete Simões Minella. Fundamentada nas contribuições de obras de referência do campo de Gênero e Ciências como Elizabeth Rago, Maria Helena Machado, Monica Schpun, entre outras, e adotando um enfoque interseccional, a autora identifica as linhas gerais do perfil socioeconômico, geracional e étnico dos/as estudantes e aspirantes dos cursos de graduação em Medicina em universidades públicas e privadas na Bahia e Santa Catarina, entre 2005 e 2015. Este estudo, sobretudo compreende as especificidades regionais do processo de feminização da carreira, observando semelhanças e diferenças entre os Estados e entre as instituições públicas e privadas (MINELLA et al., 2017, p.997)

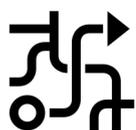
No primeiro número da Revista Estudos Feministas de 2018, a seção de artigos temáticos, intitulada Gênero e Esportes, foi dedicada a elucidar as relações que atravessam o universo generificado dos esportes. Daniela Auad e Luciano Corsino, da área da pedagogia no Brasil, a partir da abordagem interseccional, analisam, por um lado, a sub-representação das meninas e mulheres na Educação Física Escolar, e por outro, as formas de transgressão engendradas por alunas e docentes, que buscam uma prática pedagógica outra, capaz de cruzar fronteiras cristalizadas pela tradição. Auad e Corsino também propõem os conceitos de “coeducação” e “aprendizado da separação” para debater como podem ser percebidas, mantidas e/ou transformadas as relações entre raça e gênero na escola. Já no seu terceiro número, constam duas publicações: na primeira, a pedagoga chilena Patricia Muñoz-Cabrera em conjunto com a socióloga brasileira Patrícia Rangel, destacam os esforços em direção à inclusão de mulheres no mercado de trabalho no Chile e no Brasil, bem como da aprovação de leis e regulamentos para trabalhadores domésticos, enfatizando também a distribuição de renda e a pobreza das políticas de erradicação e programas de controle da violência doméstica, em que o principal problema, segundo elas, é a falta de



interseccionalidade no campo da justiça de gênero; a segunda publicação, feita novamente pela filósofa Caterina Rea, intitulada *Descolonização, feminismos e condição queer em contextos africanos*, realiza um mapeamento dos estudos sobre sexualidades e teoria queer nos contextos africanos, destacando contribuições atuais produzidas por novas gerações que se preocupam em apresentar uma perspectiva pós-colonial³ do que a autora chama de “uma versão descolonizada da dissidência sexual, que repensa o queer desde o Sul” (MINELLA et al., 2018, p.6).

Por fim, no ano de 2019 a Revista Estudos Feministas chegou a seu vigésimo sétimo volume, e em seu primeiro número visou debater as fronteiras entre feminismo e deficiência. Em consonância com o tema, as psicólogas Ruthie Gomes, Paula Lopes, Marivete Gesser e Maria Juracy Toneli partem da revisão da produção recente de literatura dos estudos feministas da deficiência publicados em revistas disponíveis no portal de periódicos da CAPES, para refletir a intersecção entre gênero e deficiência, seus efeitos sociais e políticos. No segundo número, estão publicados quatro textos sobre violências interseccionadas às questões de gênero, raça, sexualidade, classe, e outros temas. Abrindo o debate, voltando-se às questões raciais, Jéssica Ferrara, formada em Letras, parte da obra de Frantz Fanon, para pensar a interseccionalidade nas consequências psíquicas do colonialismo e os efeitos psicológicos e sociais nos sujeitos colonizados, refletindo principalmente a situação em que se encontram mulheres nos cenários de descolonização. Pensando o papel das mulheres cujos parceiros estão encarcerados, Sabrina Cúnico, Marlene Strey e Angelo Costa partem da psicologia para mostrar as ambivalências do desempenho das chamadas “mulheres de bandido”, que oscila entre autodeterminação e passividade frente aos parceiros e às famílias. Já a doutora em educação Fanny Tubay, do Equador, lançou olhar além das fronteiras para os estereótipos da origem e transformações das profissões artesanais em Lisboa, Portugal, e de sua inevitável generificação. Outra contribuição proveniente da psicologia foi o texto de Daniela Dell’Aglio e Paula Machado, que enfocou o sujeito político feminista, a partir da análise de trajetórias de personagens que protagonizaram o “racha” da Marcha das Vadias de Porto Alegre, em 2014, pensando o feminismo como movimento plural, e o sujeito feminista como interseccionado pelos seus marcadores sociais da diferença.

³ Esta abordagem, segundo Luciana Ballestrin (2017), consiste no esforço de apontar e questionar o eurocentrismo e a noção de dependência acadêmica dos países colonizados em relação aos países colonizadores. Os estudos pós-coloniais compõem um movimento contestatório do colonialismo acadêmico e imperialismo intelectual, com o propósito de desconstruir a ideia difundida de que o Norte global é o produtor de teorias legítimas de caráter universal, que são exportadas e aplicadas no Sul global (Ballestrin, 2017, p.1035).



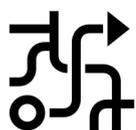
O último número da última edição publicada em 2019, contou com dois artigos que apresentam a interseccionalidade: o primeiro escrito pelas doutoras em Educação Viviane Weschenfelder e Elí Fabris, que, em suma, partiram da narrativa de mulheres negras que contaram suas experiências no blog *Blogueiras Negras*, para analisar os processos relacionais de subjetivação que se produzem nas experiências do tornar-se negra em escritas de si; no segundo, a socióloga Fernanda Onetto analisa a linha tênue entre as frágeis fronteiras da ficção e da biografia, na literatura feminista, e propõe uma reconceitualização do assédio nas ruas a partir da produção social de mulheres da Argentina, Colômbia e Chile, que, na tentativa de superar aquilo que as vitimou, transformam a arte em instrumento de utilização política que se configura na experiência criativa da resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação feita para entendermos a forma como a interseccionalidade foi evocada nos artigos publicados na revista, podemos tecer algumas considerações. A primeira já citada anteriormente, é de que em 28 anos de revista, é baixo o número de artigos que abordam explicitamente a interseccionalidade como proposta teórico-metodológica. Isto não necessariamente significa que a interseccionalidade não apareceu nos demais artigos, mas que possivelmente ou foi abordada de maneira implícita, ou por outros termos.

Isto talvez se deva ao fato de que, no Brasil, o debate em torno da interseccionalidade não aconteceu pelos mesmos caminhos, e nem teve as mesmas motivações que o caso dos Estados Unidos com sua influência do *Black Feminism* da década de 1970. Nos EUA as primeiras publicações acadêmicas que abordam intersecção situam-se entre as décadas de 1980 e 1990, enquanto que, no Brasil, essa categoria foi articulada aos estudos de gênero somente depois da virada do século, em 2002.

É válido também considerar que a primeira publicação na REF sobre interseccionalidade foi de autoria da pesquisadora tida como precursora no debate estadunidense, Kimberlé Crenshaw. E que muito embora sejam poucos os títulos que a pesquisa destacou, as/os pesquisadoras/es que os publicaram são das mais diversas áreas das Ciências Humanas, como historiadoras, juristas, linguistas, sociólogas, pedagogas, antropólogas, etc., o que indica que a reflexão não esteve monopolizada ou partiu somente de um campo específico. Ou seja, a preocupação de se pensar a intersecção das opressões sobre os indivíduos tem sido um esforço compartilhado.



Cabe dizer que a análise do quadro possibilita refletir que o uso dos termos focalizados nesta pesquisa foi mais frequente apenas recentemente, em consonância ao cenário de ascensão das pesquisas com perspectiva pós-colonial, bastante presente nos trabalhos apresentados. Esse apontamento nos possibilita pensar que, embora os sujeitos do Sul global compreendam que suas experiências de fato são interpeladas pela intersecção das opressões, a assimilação da nossa condição de opressão pela raça, gênero, etnia, passa inevitavelmente pela reflexão das marcas deixadas pela colonização material e simbólica.

É possível deduzir que o debate não se assemelha com a discussão norte-americana porque a perspectiva decolonial é elemento do feminismo do Sul, dos sujeitos marcados pela situação de colonizados, o que pode ter levado à negação da necessidade de “importar” a interseccionalidade nos moldes estadunidense para articulá-la às reflexões difundidas na Revista Estudos Feministas.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, nº especial, 1994, p. 203-216.

AUAD, D; CORSINO. Feminismos, interseccionalidades, e consubstancialidades na Educação Física Escolar. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 26(1): e42585, janeiro/abril/2018.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismos subalternos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(3): 530, v.13, n.3, 1035-1054, setembro-dezembro 2017.

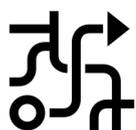
BLACKWELL, M; NABER, N. Interseccionalidade em uma era de globalização: as implicações da conferência mundial contra o racismo para as práticas feministas transnacionais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, n.1, 1º semestre 2002.

BONAN, Ruthie et al. Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 27(1): e48155, janeiro-abril/2019.

COSTA, Albertina de Oliveira. Revista Estudos Feministas: Primeira fase, locação Rio de Janeiro. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.12, n. ° especial/2004.

COSTA, C; ÁVILA, E. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. *Estudos Feministas*, v.13(3): 69-703, setembro-dezembro, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 14, 1989, p. 538-54.



CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, n.1, 1º semestre 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. “Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color”. In: Fineman, Martha Albertson & Mykitiuk, Roxanne (orgs.). *The public nature of private violence*. Nova York, Routledge, 1994, pp. 93-118.

CÚNICO, Sabrina Daiana; STREY, Marlene Neves; COSTA, Angelo Brandelli. “Quem está no comando? Mulher de bandido e os paradoxos da submissão”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54483, 2019.

DELL’AGLIO, Daniela Dalbosco; MACHADO, Paula Sandrine. Trajetórias e experiências: o sujeito político feminista sob a perspectiva interseccional. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e48556, 2019.

FERRARA, Jéssica Antunes. Diálogos entre Colonialidade e Gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54394, 2019.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C., *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Ciências Sociais Hoje, 2 Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos ANPOCS*, 1983.

GROSSI, Miriam Pillar. A revista estudos feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(N.E): 211-221, setembro-dezembro/2004.

HIRATA, Helena. Gênero raça e classe: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v.26, n.1.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. Tradução por Bianca Tavorari. *Novos estudos* [online]. Ed. 93, v. 31, n.2, jul./2012.

MAGLIANO, M. J. Interseccionalidade y migraciones: potencialidades y desafios. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(3), setembro-dezembro/2015.

MINELLA, L. S.; LAGO, M. C. S.; RAMOS, T. R. O. Editorial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(3): 993-1000, setembro-dezembro/2017.

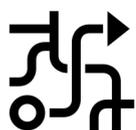
MINELLA, L. S.; LAGO, M. C. S.; RAMOS, T. R. O. Editorial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 26(1): e26011, janeiro-abril/2018.

MINELLA, Luzinete Simões. Fazer a REF é fazer política: memórias de uma metamorfose editorial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(1): 105-116, janeiro-abril/2008.

MINELLA, L. S. Medicina e feminização das universidades brasileiras: o gênero nas intersecções. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017.

MUÑOZ-CABRERA, Patricia. Justiça de gênero na análise feminista de políticas públicas em Argentina, Brasil, Chile. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 26(3), e58565, 2018.

ONETO, Fernanda Maria Chacon. “Hacia una reconceptualización del acoso callejero”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, e57206, 2019.



PEDRO, J. M.; FUNCK, S. B. Editorial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 479-482, setembro-dezembro/2005.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi (Rio J.)* [online]. 2011, vol.12, n.22, pp.270-283.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X

PISKORSKI, Rodolfo. Círculos viciosos: intersecções de gênero e espécie em A Fonte da vida, de Darren Aronofsky. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(3): 496, setembro-dezembro/2013.

REA, C. A. Redefinido as fronteiras do pós-colonial. O feminismo cigano no século XXI. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(1): 422, janeiro-abril/2017.

REA, C. A. Descolonização, feminismos e condição queer em contextos africanos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 26(3): e4843, setembro-dezembro/2018.

SCAVONE, Lucila. Perfil da REF dos anos 1999-2012. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(2): 587-596, maio-agosto/2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, jul./dez. 1995. pp. 71-99.

THÉBAUD, Françoise. Políticas de gênero nas Ciências Humanas. O exemplo da disciplina história na França. *Espaço Plural*, Ano X, n.21, p.33-42, 2º semestre 2009.

TUBAY, Fanny Monserrate Tubay. “Estereótipos de gênero: Perspectivas em profissões artesanais de Portugal”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54182, 2019.

VARELLA, Flávia Florentino. Limites, desafios e perspectivas: a primeira década da revista História da Historiografia (2008-2018). *Hist. Historiogr.*, v.11, n.28, set-dez, ano 2018, p.219-265.

WESCHENFELDER, Viviane Inês; FABRIS, Elí Terezinha Henn. “Tornar-se mulher negra: escrita de si em um espaço interseccional”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, e54025, 2019.

FONTES

Revista Estudos Feministas – Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>>. Acervo do IEG/UFSC/Florianópolis.

Recebido em: 28/04/2020

Aprovado em: 13/06/2020